

“Salve a seleção”: ditadura militar e intervenções políticas no país do futebol

*“Save the Brazilian Team”: Military regimen and political intervention in
“soccer country”*

Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento¹

Bárbara Gonçalves Mendes²

Denis Giovani Monteiro Naiff³

RESUMO: O Presente artigo visa o resgate histórico de dois temas que se entrelaçam na história recente do país e que estabelecem o ano de 2014 como um marco histórico no que tange a memória social referente aos dois temas: os 50 anos do golpe militar de 1964 e a realização da Copa do Mundo no País. Nesse sentido, buscamos resgatar fatos históricos que se relacionam com os elementos da memória social que compõe a identidade nacional solidificada sobretudo na década de 1970 com a consagração do Brasil como o “País do Futebol” e como uma verdadeira “pátria de chuteiras”. Destaca-se nesse período a intensa intervenção política por parte do governo militar junto a seleção Brasileira de futebol nos cinco campeonatos de copa do mundo durante os 21 anos de ditadura militar a fim de assegurar a ideologia da segurança nacional implantada pelo regime.

Palavras-chave: psicologia social; ditadura militar; futebol; Copa do Mundo; seleção brasileira.

ABSTRACT: The present paper aims at the historical rescue of two subjects that are connected in the Brazilian recent history, and that establish the year of 2014 as a historical landmark of the social memory: the 50th anniversary of the 1964 military blow, and the execution of the World Cup in Brazil. In this sense, we seek to rescue historical facts that are related with elements of the social memory that compose a solid national identity, especially in the seventies, with the consecration of the country as the “Soccer Country” and as a true “nation in football boots”. What stands out in this period is the intense political intervention by the government over the Brazilian team in the five championships of the World Cup that happened in these 21 years of military dictatorship in Brazil. This control aimed to assure the ideology of the national security implanted by the Military Regimen.

Keywords: social psychology; military regimen; soccer; World Cup; brazilian team.

Introdução

Em 2014 pudemos acompanhar dois marcos que possibilitaram a eclosão de diversas discussões no Brasil: os 50 anos do Golpe Militar brasileiro e a Copa do Mundo de futebol, deste mesmo ano, que teve como sede o país. Aproveitando a ausência de referências sobre a mistura das temáticas no meio acadêmico, principalmente na psicologia, este texto se

¹ Doutora em Psicologia; Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: fgian@uol.com.br.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

³ Doutor em Psicologia Social; Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil.

dedica à exposição de alguns fatos que mesclam uma análise das implicações da ditadura militar brasileira sobre a seleção de futebol nacional.

O futebol, tido como um dos principais elementos socioculturais do Brasil, diz de um reconhecimento externo enquanto potência, o que dá à população do país uma sensação de unidade, que foi construída historicamente, desde o primeiro governo Vargas (Naiff, Sá & Naiff, 2008).

Segundo o seu “mito fundante”⁴, ou seja, a versão mais reproduzida sobre a chegada do futebol neste país, apesar de ser um esporte bretão, algumas especificidades já podiam ser notadas até mesmo no estilo de jogar de Charles Müller, que seria responsável por trazer o esporte para terras brasileiras em 1894 (Guterman, 2009). Segundo o autor, o drible, por exemplo, é uma habilidade que já era notada nos primeiros clubes de futebol locais, e isto, juntamente com outras características próprias que se referem à habilidade na prática esportiva, - entendida como a ginga⁵, e, ao mesmo tempo, à uma percepção etnocêntrica do que definiria os “povos do sul”⁶, foram fundamentais para a construção da ideia de um estilo de jogar que se pauta na teoria do senso comum, a partir da qual futebol “não se aprende nem se ensina, pois os craques, neste país, já nascem feitos” (Santos, 2004, p. 16). Segundo a famosa análise sociológica produzida por Gilberto Freyre, em consequência da repercussão positiva gerada pela campanha do Brasil na Copa de 1938, na França, na qual ficamos em terceiro lugar, o futebol brasileiro se caracterizaria por um estilo próprio, fruto da miscigenação racial e das dificuldades inerentes à falta de infraestrutura para a sua prática, já que muitas vezes a prática ocorria em locais inapropriados (qualquer terreno disponível) e sem material esportivo – jogava-se descalço e muitas vezes com bolas improvisadas (as “bolas de meia” seriam um exemplo), levando ao desenvolvimento de um estilo dionisíaco, feito de dribles, individualista, com aproximações para a capoeira e a dança, em contraponto a um estilo europeu denominado de Apolíneo, centrado nos passes e no jogo coletivo (Rodrigues-Filho, 1964; Naiff & Wolter, 2013).

Desta forma, estabeleceu-se uma diferença entre o futebol brasileiro, denominado também de futebol-arte, na qual se sustentava na ideia de um dom inato, e o futebol europeu, baseado no conhecimento científico e na força física. Esta ideia, juntamente aos títulos conquistados, contribuíram para a construção da noção do Brasil como uma “Pátria de Chuteiras” (Rodrigues, 2002).

Sendo um fenômeno social, o futebol não é apenas um esporte, e nem se dá independente dos aspectos políticos, econômicos e culturais de uma determinada localização, sendo muitas vezes expressão destas esferas. Assim, na história brasileira, o futebol aparece como um protagonista sociocultural em muitos episódios.

⁴ Termo comumente usado nos Estudos do Lazer, para designar a versão mais conhecida da chegada do futebol no país, mas que para diversos autores da área já fora superada.

⁵ Nome extraído da capoeira para denominar a visão partilhada pelo senso comum que crê numa naturalidade brasileira no trato com a bola. Segundo Ruy Castro, citado no documentário *Ginga: a alma do futebol brasileiro*: “*Ginga is a way of never taking life too seriously, of fighting hardships with the proper use of toes, heels and hips. For the last 505 years, the Brazilians have been happily ginga-ing through life – and they recommend it to everybody*”.

⁶ Segundo Abrahão & Soares (2011), há uma construção da irracionalidade dos povos latinos e africanos que fica exemplificada por meio do futebol que é dançado e que não pode ser aprendido. O futebol-arte, neste caso representa o que é irracional, não dominável, e por ser assim inferior.

Desde o primeiro Campeonato Mundial de Futebol organizado pela Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA), em 1930⁷, no Uruguai, o Brasil foi país sede por duas vezes (1950 e 2014) e conquistou cinco títulos (1958, 1962, 1970, 1994 e 2002). E isto tudo, bem como a ideia de um futebol específico foram fundamentais para que eclodisse a tão venerada “paixão nacional”. O fato é que isto tudo deixou também evidente o caráter mobilizador do futebol, que ao se constituir como elemento identitário passou a ser de grande interesse de governantes e políticos. E assim, ele foi reduzido, muitas vezes a este aspecto, como um instrumento de manipulação popular, o que tira a possibilidade de entendê-lo por uma perspectiva crítica, para além da “droga euforizante” (Wisnik, 2008).

Esta redução, que segundo Dunning e Maguire (1997) culmina num ranço das ciências humanas com os esportes, que no caso do futebol se deve ao histórico de manipulação popular, ou de propagandas de governo que foram feitas por meio dele, por exemplo, no período ditatorial brasileiro. Esta construção foi o que permitiu a sensação compartilhada de unidade nacional representada na seleção brasileira. Isto fica mais claro com um retorno histórico à década de 1970, onde se consolida a associação do futebol ao ufanismo, iniciada nos primeiros anos da década de 1930 e fortalecida em 1950 e 1960.

Com a massificação do esporte na década de 1930 (Naiff & Wolter, 2013), há um aumento do número de pessoas que se dedicam a acompanhar o espetáculo futebolístico, entendido, em suas primeiras décadas, como um esporte da elite. De acordo com Rinaldi (2000), já nesta época – Era Vargas – por meio da imprensa, o futebol era utilizado como “um veículo de propaganda no sentido de afirmar a ideologia e o pensamento político da classe dominante representada pelo governo institucional”.

Em 1950, no governo de Dutra, foi realizada a primeira Copa do Mundo no Brasil. Nesta época, o futebol já era o esporte mais popular do país, com fiéis torcedores que se dedicavam a acompanhar um determinado time (Toledo, 1996). Assim, tendo estes dois elementos, este “esporte” passou a ser observado no seu caráter mobilizador (Guterman, 2009).

O Futebol foi sem dúvida um dos principais pilares para a sustentação ideológica do regime militar (Branco, 2006), favorecendo que um vasto repertório musical que enaltecesse o futebol nacional e fortalecesse sua relação com a identidade nacional. Em 1970, em meio à Ditadura Militar brasileira, tivemos a consolidação ideológica implantada pela política de segurança nacional havendo novo resgate da vinculação do futebol à identidade brasileira, criando a sensação de uma nação unida e única, que expressava seu amor a pátria através da seleção brasileira de futebol, representando os 70 milhões de Brasileiros que formavam “de repente (...) aquela corrente pra frente” parecendo que todo o Brasil, naquele momento polarizado, “deu a mão”. Imagens entoadas em um dos mais representativos ícones da memória futebolística, a música da copa do mundo de 1970, composta por Miguel Gustavo, intitulada “Pra frente Brasil”, na qual a máxima da propaganda ditatorial “Brasil, ame-o ou deixe-o” pode ser aludida nos versos “todos juntos vamos, pra frente Brasil do meu coração”. Quem não estava a favor do Brasil, representado pelo governo, estaria fora dele.

É importante ressaltar, que apesar do tricampeonato mundial de 1970 ser destacado como um exemplo clássico da utilização do futebol para fins políticos e ideológicos, devemos

⁷ Organizado em 1928, na França por Jules Rimet.

manter em mente que o Regime Militar Brasileiro durou vinte e um anos, ou seja, cinco Copas do Mundo.

As copas e a ditadura militar brasileira

No dia 1 de abril de 1964 teve início a ditadura militar brasileira que perdurou até o ano de 1985, quando se iniciou o período de redemocratização. Segundo o discurso dos ditadores o movimento era para livrar o país da corrupção e do comunismo e restaurar a democracia, o que se deu por uma lógica de perseguição, prisão, tortura e morte dos opositores do regime, principalmente pós Ato Institucional nº. 5 (AI-5) (Gianordoli-Nascimento, Trindade e Santos, 2012).

Tais em intenções já ficam expostas uma das primeiras medidas tomadas pelo Regime, na figura da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), que cancelou um amistoso Brasil e União Soviética, marcado pelo ex-presidente deposto pelo Golpe, João Goulart, a fim de estreitar os laços entre os dois países através do esporte. Segundo Magalhães (2011a), o presidente da CBD neste momento continuava sendo João Havelange⁸, que apesar de civil foi mantido no cargo pelos militares por, principalmente através deste ato, demonstrar uma capacidade de adaptação e cumprimento às ordens do governo.

Após tal episódio, tivemos a primeira copa que a seleção disputou sob a vigência do novo Regime, que ocorreu na Inglaterra em 1966. Antes que os jogadores embarcassem para a disputa, o General Castello Branco, ditador da época, refez um ritual comum no Brasil, que era se dedicar a recepcionar a seleção, com o intuito de demonstrar sua confiança, seu apoio e vinculação à equipe.

Tendo em vista que o bicampeonato se dera na Copa anterior (1962), disputada no Chile, este torneio era carregado de expectativa para os brasileiros, que desejavam conquistar mais um título e, por conseguinte a posse definitiva da taça Jules Rimet, que seria definitiva do País que primeiro a conquistasse por três vezes. Entretanto, a geração de jogadores que havia sido bicampeã nos dois torneios anteriores, apesar de extremamente talentosa, já se encontrava em plena decadência física e técnica (o goleiro Gilmar, tinha 35 anos, Djalma Santos, 37, Belini, 36, Zito, 33 e Garrincha, 32 anos) com exceção de Pelé, então com 26 anos e vivendo seu auge profissional, e de jogadores ainda muito novos e com pouca experiência, como Jairzinho, com 21 e Tostão, com 19 anos (Máximo, 1999). A intenção dos dirigentes era homenagear a geração mais vitoriosa de nossa história futebolística, com a conquista definitiva da taça. A campanha foi uma tragédia, com a seleção eliminada logo na primeira fase, sendo a pior campanha brasileira após 1930 (Ribas, 2010). Pelé e Garrincha, os dois maiores nomes da seleção, jogaram apenas o primeiro jogo juntos, uma vitória sobre a Bulgária por 2X0 – Garrincha não possuía mais nenhuma condição física de praticar futebol profissional nessa época, por conta de seus joelhos arruinados e do agravamento de seu alcoolismo. Pelé, “caçado em campo”, se contundiu seriamente, não conseguindo jogar plenamente. Infelizmente a equipe não pode usufruir de uma feliz curiosidade, sempre que estiveram juntos em campo, Garrincha e Pelé jamais perderam um jogo pela seleção brasileira (Mostaro, 2012). O título foi conquistado pelo país sede, Inglaterra, e esta copa ficou marcada pelo excesso de violência em campo e pela

⁸ A manutenção de seu cargo na CBD foi um passo importante para chegar à presidência da FIFA, alguns anos mais tarde.

certeza de que a seleção brasileira necessitava melhorar seu desempenho físico para enfrentarmos, em igualdade de condições as seleções europeias, a tradicional dicotomia entre força e arte tão presente nas representações sociais sobre o futebol.

A derrota foi recebida com impacto também pelo Regime Militar, que delegou ao Serviço Nacional de Informações (SNI) a função de escoltar a seleção de volta para casa a fim de que fosse observada qualquer interferência de opositores ao regime nesta derrota com a intenção de fragilizar o governo militar. Foi iniciada também uma investigação que chegou a conclusões de que o Brasil fora eliminado do campeonato por pressões externas a equipe, relacionadas às substituições e escalações alteradas, sem consentimento do técnico, culminando em uma crise no futebol nacional.

A partir deste episódio, a CBD começa a sofrer maiores interferências dos círculos militares, que acusam este órgão de desorganização e corrupção – Discurso Udenista conservador amplamente utilizado historicamente pelos setores reacionários nacionais. Como consequência, propõem-se uma reorganização efetiva e uma intensiva preparação para a copa de 1970, a fim de que a derrocada da Copa da Inglaterra não se repetisse.

Em 1969, com o adoecimento de Costa e Silva, assume o poder no Brasil uma Junta Militar Temporária e posteriormente assume o poder o General Emílio Garrastazu Médici, iniciando após AI-5 um recrudescimento da perseguição aos opositores do Regime Militar e consequentemente um aumento da interferência/ controle na direção do meio esportivo.

Médici era um gremista e flamenguista fanático e sua vinculação com o futebol foi muito bem utilizada pelo órgão responsável pela propaganda oficial, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). O presidente era frequentador das partidas de futebol do Flamengo no Maracanã, com radinho de pilha ao ouvido, e participou pessoalmente da escolha da composição da equipe nacional para a Copa de 1970, inclusive participando dos treinamentos. Assim, angariou definitivamente a simpatia popular, elemento importante para a construção da imagem positiva do ditador, bem como sua associação às camadas populares (Branco, 2006).

Dentre os diversos episódios emblemáticos da Copa de 1970, há o caso do jornalista João Alves Jobin Saldanha, que comandava a seleção Brasileira em 1969, quando foi classificada para o Mundial. Saldanha, antes de assumir a seleção, era um de seus grandes críticos e tinha como experiência anterior um curto período no comando do Botafogo, seu clube de coração, no final da década de 1950, quando se sagrou campeão carioca de 1957. Somado a isso havia sua grande popularidade como cronista esportivo no rádio, que são os motivos atribuídos à sua contratação misteriosa, já que ele era também vinculado historicamente ao cassado 'Partidão' (Partido Comunista Brasileiro).

Assim como sua chegada para ser técnico da seleção, sua saída é extremamente enigmática. Algumas versões, aceitas para a história, se referem a uma possível simpatia do jornalista com as ações de oposição ao regime, como a utilização de documentos que Saldanha possuía que serviram de denúncia contra as abritrariedades que se passavam no Brasil, com o governo ditatorial, além do SNI ter identificado indícios de que o técnico serviria de 'pombo-correio' junto aos exilados no México. Outra versão diz de brigas/divergências que Saldanha teria com diversos membros da comissão técnica e principalmente com o jogador Pelé, em função de sua substituição, sustentada por um boato espalhado pelo próprio Saldanha de que o jogador estava acabado para o futebol por causa

de uma miopia – versão sustentada pelo então técnico substituto Mário Jorge Lobo Zagallo. A versão mais difundida historicamente é a divergência pessoal entre Saldanha e o presidente, na qual teria brigado com o próprio Médici por ele expor sua preferência por jogadores. O presidente teria feito comentários diretos sobre a necessidade de escalar Dario, jogador do Clube Atlético Mineiro na época. Quando indagado sobre esta preferência do governante na seleção, Saldanha respondeu: “Vamos combinar o seguinte: o senhor escala seu Ministério, eu escalo a seleção.” (Milliet, 2006, como citado em Magalhães, 2011a). Vale ressaltar que Guterman (2004), aponta que um triunfo da seleção sob o comando de Saldanha seria totalmente contrário aos interesses de João Havelange, que já submetia sua candidatura à presidência da FIFA.

Independente da versão correta deste fato obscuro na história do futebol brasileiro, Zagallo assumiu a seleção, após o afastamento de Saldanha. E este, por sua vez, não conseguiu acompanhar a seleção, após sua saída, nem mesmo como jornalista, já que quem fazia a cobertura, no caso do Brasil, precisava de duas credenciais: uma da FIFA e outra fornecida pelo governo brasileiro.

A copa de 1970 foi disputada no México e transmitida diretamente para o Brasil “em cores, em caráter experimental” (Rinaldi, 2000), o que o Regime Militar não poderia deixar de associar à sua imagem, como progresso, modernização e estabilidade econômica. Assim a AERP ao anunciar a transmissão resalta o desenvolvimento econômico do país, expresso pelo aumento do poder aquisitivo da população, que poderia naquele momento, assistir a Copa com qualidade.

Durante todo o seu governo, Médici atrelou sua imagem à seleção brasileira. Desde sua posse, a estratégia de popularidade desenvolvida pelo órgão responsável pela propaganda oficial era de quebra de hierarquia e o rompimento de desigualdades que o futebol poderia proporcionar. Isto se materializaria na imagem de Médici, que não só receberia e apoiaria a seleção, como também era um torcedor, o que fazia dele um homem comum/igual. Esta construção, segundo Guterman (2004), era reforçada até na explicitação de preferências por jogadores, difundindo que como governante ele não poderia ter preferências, mas como qualquer outro torcedor sim.

Todo o esforço era de aproximar o chefe de Estado dos brasileiros. E com o sequestro do embaixador alemão Ehrenfried em 1970, Médici divide o Brasil entre aqueles que lutam por um bem comum, aqueles que amam o país como os governantes, e aqueles que desejam a destruição da nação, denominados pelo regime como “grupos subversivos”, que praticavam ações de “terrorismo contra o estado e a nação”, pois não se preocupavam com o prejuízo ao desempenho dos jogadores que já haviam viajado. Estes últimos, ainda segundo o Regime, deveriam e poderiam ser exilados. A comoção dos jogadores pelo “ato terrorista” foi reafirmada e difundida em manchetes de diversos jornais Brasileiros (Guterman, 2004). Desta forma a tônica das notícias era difundir que os opositores eram “terroristas” desagregadores do Brasil, no momento em que os brasileiros se uniam em torno do ideal de fazer deste um país grande, com vitórias nas áreas social, econômica e esportiva.

A preparação da seleção, com a desculpa de utilização de métodos “científicos”, implantou o processo de militarização no futebol brasileiro que alcançaria seu ápice na campanha da copa de 1978. Desde o local de treinamento – Escola de educação física do Exército- até a comissão técnica passou a ser composta por militares: o preparador físico,

capitão do Exército Cláudio Coutinho; o preparador de goleiros, o tenente Raul Carlesso; o chefe da delegação, brigadeiro Jerônimo Bastos. A campanha em si foi um sucesso, com soluções táticas bastante ousadas e criativas, Zagalo montou uma equipe, que do meio campo para o ataque, era composta por jogadores excepcionais: Clodoaldo, Gérson, Rivelino, Jairzinho, Tostão e Pelé. Assim, a formação da equipe de 1970, juntamente com a equipe de 1958 formavam as melhores seleções brasileiras de todos os tempos, solidificando a construção identitária do Brasil como síntese e modelo de futebol-arte – o período de 12 anos entre 1958 e 1970 é considerado a “era de ouro” do futebol brasileiro (Soares, Helal & Santoro, 2004; Salvador & Soares, 2009). Consolidando um dos principais elementos da Representação social sobre futebol brasileiro para os brasileiros, valorização positiva fundamental para a identidade social deste povo até a atualidade.

Com o tricampeonato conquistado pelo Brasil, venceram Médici – o chefe de Estado que abriu o Palácio da Alvorada para as comemorações populares – e o projeto de nação que o Regime Ditatorial visava construir. O planejamento para a copa do mundo do México não dizia respeito apenas ao futebol, mas era a vitória do modelo de sociedade pregado, bem como a “vocação dos brasileiros para o cumprimento dos projetos do país, e assim alcançar o lugar de potência internacional” (Magalhães, 2011a). Desta forma, o que tivemos foi um transbordamento do ufanismo num novo Brasil, tendo como elemento central o futebol. Vencia a seleção Brasileira e se consagrava a Ditadura militar e seu modelo desenvolvimentista de um Brasil grande. Foi o ápice do Brasil: “ame-o ou deixe-o”.

O começo da década de 1970 representou o auge do endurecimento do regime militar. Assassinatos de dissidentes do governo envolvidos ou não com a luta armada, tornaram-se escandalosamente frequentes (Gaspari, 2002). As torturas nos porões dos aparelhos de repressão oficiais, tornaram-se práticas corriqueiras e legitimadas de combate e obtenção de informações. Dentro desse clima de terror, o regime militar elege o General Ernesto Geisel como sucessor de Médici na presidência da República, com a missão de efetuar uma distensão lenta e gradual do regime. No futebol, o período entre as Copas de 1970 e 1974, representa para a seleção brasileira uma necessidade de renovação. A perda de jogadores importantes como Gérson, Carlos Alberto, Tostão e principalmente Pelé, enfraqueceram tecnicamente a equipe. Entretanto, tal fato era minimizado pelo técnico Zagalo, que afirmava que iríamos ganhar o novo troféu de qualquer jeito, pois éramos muito superiores (visão prepotente que historicamente acompanha um olhar interno sobre o futebol nacional), associado a isso, a campanha para a presidência da FIFA, pleiteada por João Havelange, enfraqueceu o comando da CBD, sem um nome a altura para organizar a estrutura do futebol.

A delegação brasileira, que embarcou em 1974 para a copa da Alemanha, refletia em seu comando o recrudescimento da ditadura militar nos últimos 4 anos. Além do chefe da delegação ser o coronel Eric Tinoco; possuía como secretários, os capitães Kleber Camerino e Oswaldo Costa Lobo; como supervisor, o major Carlos Alberto Cavaleiro, e como preparadores físicos, os capitães Cláudio Coutinho e Raul Carlesso. A concentração foi escolhida nas montanhas, em plena floresta negra, lugar noturno, isolado e com regras e hierarquias extremamente rígidas. Os jogadores detestavam o ambiente (Ribas, 2010).

Em campo, o que se viu, foi uma equipe composta por bons jogadores, mas que em momento nenhum conseguiu apresentar a qualidade do futebol desenvolvido na copa anterior. As derrotas contundentes para a Holanda e para a Polônia, levaram a um quarto

lugar vivenciado pelos torcedores como um fracasso retumbante, com as pressões sociais exigindo mudanças que levassem a um retorno do apogeu (Heizer, 1997).

As mudanças foram as piores possíveis com a eleição do Almirante Heleno Nunes para a presidência da CBD em 1975, e a institucionalização do futebol como alicerce político do governo. É a época da política de Estado definindo o campeonato Nacional, difundindo historicamente a máxima “onde a Arena (partido do governo) vai mal, um time no Nacional”. Foi o auge da militarização do futebol brasileiro, culminando com o comando técnico da seleção destinado ao capitão do exército Cláudio Coutinho, visando a Copa de 1978, que ocorreria na vizinha Argentina (Magalhães, 2011b).

Aliás, a militarização política não era exclusividade brasileira, sendo que boa parte dos países sul-americanos sofriam com regimes de exceção. O Paraguai era governado pelo general Stroessner desde 1954; o Chile pelo general Pinochet, desde 1973; o Uruguai, pelo general Bordaberry, desde 1973; e a Argentina sofria uma cruel e sanguinária ditadura comandada desde 1976, pelo general Videla, com a deposição de Isabelita Peron, gerando mal estar na FIFA, que havia escolhido em 1966 a Argentina para sede do mundial de 1978. Contudo, apesar do constrangimento mundial por conta das barbáries cometidas pelo regime ditatorial, Havelange manteve a realização da Copa na Argentina (Magalhães, 2011b).

Cláudio Coutinho, com um discurso “modernizador” e “científico” – chamava a ultrapassagem do lateral de *overlapping* – argumentava que a solução para novas conquistas, passava necessariamente pela construção de um jogo mais físico, com mais intensidade. O maior exemplo deste modo de entender futebol pode ser apresentado na convocação de Chicão, volante do time do São Paulo Esporte Clube, de poucos recursos técnicos, em detrimento de Falcão, ídolo do Internacional e maior jogador brasileiro entre 1974 e 1978 para participar da competição. A Copa da Argentina, talvez seja a mais impressionante da história, pelo clima de exceção vigente. Enquanto vitórias em campo eram celebradas, centenas de pessoas eram torturadas e mortas em lugares como a *Escuela de Mecánica de la Armada* – ESMA. A vitória da Argentina, uma boa equipe, ficou para sempre marcada pelas denúncias de suborno ao selecionado do Peru, facilitando a vitória argentina por 6X0 e classificando-a a final com a Holanda, fazendo o Brasil jogar o terceiro lugar e vencer, contra a Itália. Este terceiro lugar, associado a denúncia de fraude do jogo do Peru, levaram a cúpula da CBF a denominar o Brasil como “campeão moral”, pois havia terminado invicto e sido “roubado” pelos anfitriões. Quanto ao jogo da Argentina contra o Peru, um olhar histórico aponta para fatos estranhos ocorridos naquele dia, cujo exemplo mais claro reflete-se na visita feita um pouco antes da partida pelo General Videla aos jogadores peruanos, clamando por uma solidariedade sul-americana. Os próprios jogadores do Peru relataram que ficaram com medo de não saírem vivos do estádio se ganhassem o jogo. A principal hipótese de fraude aponta para um suborno do governo argentino ao peruano, principalmente em trigo, para que a partida fosse facilitada (Gotta, 2008).

Na verdade, em nenhum momento na Copa o Brasil conseguiu jogar bem. O lado patético da campanha foi a “sugestão” de mudança no time feita pelo Presidente da CBF, Almirante Nunes, ao treinador, Capitão Coutinho. Para o terceiro jogo da primeira fase, contra a Áustria, Almirante Nunes achava que o time devia ter jogadores mais fortes em detrimento de outros, como Zico, com menos vigor, e deu publicidade ao fato em diversas entrevistas concedidas à mídia brasileira que cobria o evento. Como resultado, a seleção

entrou em campo com todas as mudanças “sugeridas” pelo Almirante. No folclore do futebol brasileiro, a seleção de 1978 entrou para a história como aquela na qual o Almirante mandava e o Capitão obedecia. A presença da hierarquia militar no controle da seleção, juntamente ao governo militar do General João Figueiredo, comprometido com a abertura, ainda que lenta e gradual, levou a uma desmilitarização do comando do futebol brasileiro a partir de 1979, com a eleição do empresário Giulite Coutinho para a presidência da recém-criada CBF (Confederação Brasileira de Futebol).

A Copa de 1982, apesar de ainda ocorrer no governo Figueiredo, refletiu o clima de esperança reinante no Brasil. Havia, naquele momento, a certeza de que a ditadura política estava no fim. Isto, somado ao reencontro com a identidade social futebolística, que se baseava no futebol jogado com habilidade, gerou um clima de euforia na população brasileira. Em meio a este retorno da identificação nacional com o futebol-arte, a derrota para a Seleção Italiana, conhecida como “tragédia de Sarriá”, se mantém ainda hoje como a grande tragédia esportiva para toda uma geração (Roman & Zanata, 2012). Mas isso, fica para uma outra estória.

Considerações finais

Os anos 1970 foram uma época crucial para o futebol brasileiro e suas relações psicossociológicas, a partir de um intenso interesse político que visava construir/consolidar o reconhecimento interno e externo sobre o futebol ser um dos símbolos brasileiros, com a finalidade de garantir legitimidade política ao governo militar para a manutenção da ideologia da Segurança Nacional (Branco, 2006). Com a conquista do tricampeonato mundial em 1970, e a transformação da vitória brasileira, pelo Regime Militar em afirmação das possibilidades enquanto nação, houve a consagração do Brasil como o “País do Futebol” e como uma verdadeira “pátria de chuteiras”. Foi o auge do “pra frente Brasil” e “ame-o ou deixe-o”.

Ainda com o endurecimento da ditadura, a possibilidade de manifestações de alegria e de comemoração, que implicava em grandes aglomerações nas ruas, segundo Guterman (2004), foi também uma oportunidade para movimentos e pessoas contrários ao Regime Militar brasileiro se encontrarem e articularem os passos que seriam dados em sequência. O que parece ter dado certo e ter se mostrado também no futebol, já que neste período ambos pareciam tão unidos.

Isto fica claro se acompanharmos as copas seguintes: 1974 e 1978, onde o desempenho da seleção aponta para uma queda de qualidade técnica associada a uma rigidez tática, talvez por conta da militarização da CBD/CBF e da delegação brasileira tanto em 1974, na Alemanha quanto em maior grau em 1978, na Argentina. Infelizmente, poucos ensinamentos ficaram da “ditadura” no futebol. A entidade maior continua, como, aliás, praticamente todo o esporte nacional, construído em torno de uma elite política esportiva, que procura muito mais manter seus privilégios e em alguns casos, ganho ilícitos, do que desenvolver suas áreas de atuação. A CBF permanece impermeável a qualquer tipo de controle social, apelando para o caráter privado de sua entidade, esquecendo-se de que a sua maior vitrine, o objeto mais valioso e por isso vendido mais caro, a seleção brasileira de futebol, é um produto sociocultural fundamental na identificação de qualquer brasileiro, principalmente em épocas de copa do mundo.

Este artigo procurou dialogar mais com as relações entre a ditadura militar brasileira e os impactos e utilizações políticas-ideológicas na seleção de futebol nacional, fugindo de uma visão marxista empobrecida que aponta para o futebol como instrumento de alienação da população, e dialogando mais com a visão desenvolvida por Althusser dos aspectos ideológicos de Estado (Althusser, 1985). Obviamente, o impacto do regime de exceção no futebol brasileiro, pode ser visto através de outras guias de leitura, que não apenas a seleção brasileira, como o impacto na organização do futebol, através do lema “onde a Arena vai mal, um clube no Nacional”, levando ao certame de 1979 a ter o inacreditável número de 94 clubes no campeonato da primeira divisão; ou podemos falar no futebol dentro do projeto desenvolvimentista do Brasil-grande com a construção de estádios de futebol com capacidade elevada, acima de 50.000 pessoas, em vários Estados da federação, levando muitos, a virarem “elefantes brancos” por conta de sua alta ociosidade; ou histórias bonitas e comoventes, como a do movimento da “Democracia corintiana”, movimento revolucionário em plena ditadura (1981 a 1983), que defendia uma maior liberdade e poder de decisão dentro do clube pelos atletas, até então vistos quase como trabalhadores escravos na totalidade dos clubes, pela impossibilidade de mudanças de locais de trabalho, sem a anuência dos empregadores (clubes) através da lei do passe. Também não se concentravam prática de reclusão dos jogadores vários dias antes de uma partida, que ainda hoje é amplamente utilizada no futebol brasileiro e praticamente apenas nele. A literatura aponta a “democracia corintiana” como precursora do movimento das “diretas já” que em 1984, rerepresentaria a população brasileira elementos do jogo democrático, como a necessidade de eleições diretas para se eleger um presidente da república (Oliveira & Gozzi, 2011).

Referências

- Abrahão, B. O., & Soares, A. J. (2011). O corpo negro e os preconceitos impregnados na cultura: uma análise dos estereótipos raciais presentes na sociedade brasileira a partir do futebol. *Revista Movimento*, 17(4), 265-280.
- Althusser, L. (1985). *Aparelhos ideológicos de estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- Branco, C. (2006). Os papéis sociais do futebol brasileiro revelados pela Música Popular (1915-1990). In F.C.T. da Silva, & R.P. dos Santos (Orgs.). *Memória social dos esportes: Futebol e política: A construção de uma identidade Nacional* (pp. 229-258). Rio de Janeiro: Mauad Editora: FAPERJ.
- Dunning, E., & Maguirre, J. (1997). As relações entre sexos no esporte. *Estudos Feministas*, 5(2), 321-348.
- Gaspari, E. (2002). *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gianordoli-Nascimento, I.F.; Trindade, Z.A.; & Santos, M. A. F. S. (2012). *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Gotta, R. (2008). *Fuimos campeones*. Buenos Aires: Edhasa.
- Guterman, M. (2004). Médicos e o Futebol: A utilização do esporte mais popular do Brasil pelo governo mais brutal do Regime Militar. *Projeto História*, 29(1), 267-279.
- Guterman, M. (2009) *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Editora Contexto.
- Heizer, T. (1997). *O jogo bruto das copas do Mundo*. Rio de Janeiro: Mauad Editora.

- Magalhães, L. G. (2011a). Futebol em tempos de ditadura civil-militar. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, SP, Brasil.
- Magalhães, L. G. (2011b). O jogo e a ditadura: reflexões sobre a Copa de 1978 na Argentina. *Revista mestrado história*, 13(2), 3-96.
- Máximo, J. (1999). Memórias do futebol brasileiro. *Estudos Brasileiros*, 13(37), 179-188.
- Mostaro, F. (2012). *Garrincha X Pelé: A influência da mídia na carreira de um jogador*. Juiz de Fora: Ed. Juiz de Fora.
- Ribas, L. V. (2010). *O mundo das Copas*. São Paulo: Lua de Papel.
- Rinaldi, W. (2000). Futebol: Manifestação cultural e ideologização. *Revista de Educação Física/UEM*, 11(1), 167-172.
- Rodrigues Filho, M. (1964). *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Roman, G., & Zanata, R. (2012). *Sarriá 82: o que faltou ao futebol-arte?* Rio de Janeiro: Maquinaria Editora.
- Naiff, D. G. M., & Wolter, R. M. C. P. (2013) "A taça do mundo é nossa": memórias do campeonato mundial de futebol de 1958. In C. P. de Sá, P. R. M. Menandro, & L. A. M. Naiff (Orgs.) *Psicologia social e o estudo da memória histórica: O caso dos Anos Dourados no Brasil* (pp. 213-234). Curitiba: Appris.
- Naiff, D. G. M., Sá, C. P., & Naiff, L. A. M. (2008). A memória social do Estado Novo em duas gerações. *Psicologia: ciência e profissão*, 28(1), 110-121.
- Oliveira, S., & Gozzi, R. (2011). *Democracia corintiana: a utopia em jogo*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Salvador, M. A. S., & Soares, A. J. (2009). *A memória da Copa de 70: esquecimentos e lembranças do futebol na construção da identidade nacional*. Campinas: autores Associados
- Santos, T. C. (2004). *Dos espetáculos de massa às torcidas organizadas: paixão, rito e magia no futebol*. São Paulo: Annablume.
- Soares, A. J., Helal, R., & Santoro, M. A. (2004). A invenção do "futebol-arte": as narrativas jornalísticas sobre a seleção de 70. *Contemporânea*, 3(2), 103-119.
- Toledo, L. H. de. (1996) *Torcidas Organizadas de Futebol*. São Paulo: Editora Autores Associados/Anpocs.
- Wisnik, J. M. (2008). *Veneno Remédio*. São Paulo: Companhia das Letras.

Apresentação: 02/07/2014
Aprovação: 16/07/2014